

Fábrica de feminicidas



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito
da Universidade
de Brasília (UnB)

O destino dos facínoras que cometem violência contra mulheres — desde mensagens impróprias até o feminicídio — deve ser a punição. Mas a sociedade precisa fazer a prevenção contra o feminicídio por meio da educação

Há 30 anos, quem visita o Distrito Federal surpreende-se com a civilidade dos motoristas que respeitam pedestres quando esses desejam atravessar a rua. O respeito à faixa de pedestre não foi construído pela engenharia de trânsito nem por leis que obrigassem essa postura: nasceu de uma campanha educativa.

Ao longo de alguns meses, em cada faixa foram colocados conscientizadores, com incentivos e mimos aos motoristas que demonstram civilidade. Outros motivadores foram as escolas: as crianças se empolgaram com a ideia e passaram a pressionar pais, mães e responsáveis para que respeitassem os pedestres.

A vergonha do feminicídio precisa ser enfrentada com punição dos bandidos, condenação a anos de cadeia e desapropriação de todos os seus bens. E a experiência do trânsito em Brasília precisa ser lembrada para educar a população masculina desde a infância, de modo a quebrar a arrogância machista que assedia, molesta, violenta e assassina mulheres. A ferramenta

imediata para barrar os criminosos da violência contra a mulher é a repressão pela Justiça, pela Polícia e pelo Ministério Público. Mas a guerra contra o machismo não será vencida sem campanha educacional dirigida a todos desde a infância, sobretudo aos meninos.

Os feminicidas decorrem da perversão de milhões de homens que cometem atos machistas e violências contra mulheres e, por fim, a maldade absoluta do feminicídio. Poucos dos meninos que na escola puxam cabelos, fazem bullying, insistem em aproximações recusadas ou expressam ideias de superioridade sobre as colegas meninas tornam-se violentos contra mulheres; mas certamente todos os feminicidas começaram com comportamentos machistas tolerados por parecerem leves, desde quando eram meninos ou adolescentes, anos e décadas antes do feminicídio.

O destino dos facínoras que cometem violência contra mulheres — desde mensagens impróprias até o feminicídio — deve ser a punição. Mas a sociedade precisa fazer a prevenção contra o feminicídio por meio da educação, em duas dimensões: garantir escola de qualidade para todas crianças em horário integral e incluir, em todas escolas, conteúdo humanista que ensine o respeito às meninas. Para os atuais agressores de mulheres, é preciso punir duramente e tirá-los do convívio social; mas, para formar uma consciência humanista na sociedade, especialmente entre os homens, é preciso escola de qualidade pedagógica e conteúdo humanista para todos.

Comemoramos que depois de quase meio século de democracia, praticamente, universalizamos a matrícula, relegando o fato que matrícula não é frequência, que não é assistência, que não é permanência, que não é o aprendizado necessário para os tempos atuais, inclusive

criando consciência de solidariedade entre os seres humanos e deles com a natureza. As crianças não permanecem seis a oito horas por dia, 200 dias por ano, durante 11 anos de suas vidas, em escolas que despertam entusiasmo, esperança e respeito ao outro, solidariedade com a natureza e com todos os seres humanos. Sem um sistema educacional sólido de educação básica para todas as crianças, dificilmente construiremos uma geração de homens comprometidos com o respeito pleno às mulheres.

Muitos dos mais violentos feminicidas passaram por escolas que não os educaram. Em geral, os feminicidas têm instrução, mas não educação. Os jovens bandidos que recentemente cometeram estupro contra uma menina no Rio de Janeiro eram alunos de uma de nossas melhores escolas, o Colégio Pedro II, assim como foram alunos do nosso orgulho ITA os que fizeram um jogo eletrônico brincando com a humilhação de mulheres. É impossível termos educação humanista sem um sistema escolar de qualidade para todos; mas esse sistema não terá papel de formação humanista se se limitar a instruir, sem dar formação ética.

A escola, por melhor que seja, terá eficácia limitada se a “escola fora da escola” trabalhar na direção oposta: quando a mídia promove o machismo, ela destrói o que a escola tenta ensinar; discursos religiosos que afirmam supremacia masculina inviabilizam a formação de respeito às mulheres; não adianta escola se as redes sociais têm se transformado em espaços de incentivo à violência contra a mulher.

O Brasil precisa fechar a fábrica de feminicídio. Punir os agressores de mulheres, mas também formar um país em que deixemos de produzir feminicidas por falta de escola, escola incompleta ou escola sem humanismo.

Caio Gomez/CB/D.A Press



Liberdade de imprensa e ética jornalística devem fazer parte do debate público



» CAIO MARINHO
Presidente da Associação
dos Juizes Federais do
Brasil (Ajufe)

Democracias sem imprensa livre são democracias sem memória, sem transparência e sem mecanismos de controle social difuso. O poder tende naturalmente à opacidade: é do interesse de quem decide que as decisões não sejam amplamente escrutinadas. A imprensa livre rompe essa tendência estrutural. Ela converte o poder em objeto de exame público permanente. O jornalismo investigativo sério produziu, historicamente, as condições para que escândalos de corrupção fossem expostos, para que violações de direitos fundamentais fossem denunciadas e para que abusos institucionais se tornassem conhecidos antes que se consolidassem definitivamente.

Nos últimos dias, o debate público brasileiro foi atravessado por um episódio envolvendo o Supremo Tribunal Federal e a imprensa. A partir de uma reportagem sobre o uso de um carro funcional no Tribunal de Justiça do Maranhão, o ministro Alexandre de Moraes determinou busca e apreensão contra um jornalista, em investigação que apura indícios de que as publicações possam configurar crime de perseguição, previsto no artigo 147-A do Código Penal. O caso rapidamente ganhou repercussão nacional e reacendeu discussões sobre os limites entre liberdade de imprensa, responsabilidade jornalística e proteção de informações sensíveis no Estado de Direito.

Ao promover esse debate, não devemos priorizar máximas inflexíveis no lugar de uma

reflexão mais complexa. Quem critica uma conduta jornalística específica está necessariamente atacando a imprensa? E quem defende irretidamente qualquer conduta de um jornalista está necessariamente protegendo a democracia? É possível sustentar, de forma intelectualmente coerente, a defesa da liberdade de imprensa e, ao mesmo tempo, examinar se determinada conduta jornalística atendeu aos padrões éticos que legitimam essa proteção.

O jornalismo sério construiu sua autoridade epistêmica ao longo de décadas de prática comprometida com a verdade. Essa credibilidade não pertence a nenhum veículo em particular: ela é um patrimônio coletivo da imprensa como instituição. Quando um veículo ou profissional age em desconformidade com os padrões que geraram essa credibilidade, não comete apenas um equívoco individual, mas deprecia um ativo coletivo. Defender padrões éticos elevados no jornalismo não é um ato hostil à imprensa. Ao contrário, é uma forma de preservar sua autoridade social.

Uma das maiores ameaças à imprensa livre no mundo contemporâneo não vem apenas de governos autoritários ou de pressões econômicas externas. Vem também da corrosão interna da credibilidade, produzida pelo sensacionalismo e pela militância editorial não declarada em determinados veículos de notícias. Esse cenário é agravado pela proliferação de fake news e pela velocidade de circulação de conteúdos nas redes sociais. A desinformação prospera justamente quando a confiança nas instituições informativas é corroída. Quando erros jornalísticos ou a divulgação de informações frágeis se multiplicam, abre-se espaço para narrativas distorcidas que fragilizam o debate público. Conteúdos enviesados ou pouco rigorosos tendem a alimentar

polarização e desconfiança, criando um terreno fértil para a disseminação de fake news.

O jornalismo investigativo tem longa tradição de utilizar informações formalmente sigilosas quando seu valor público é genuíno e seu conteúdo revela ilegalidades ou abusos que o sigilo estava servindo para proteger. Essa é uma das práticas mais nobres e socialmente necessárias do jornalismo. Mas há diferença entre esse uso e a divulgação de sigilos cuja revelação não serve ao controle do poder e ainda compromete a segurança de pessoas ou informações protegidas por razões constitucionalmente legítimas. Invocar o valor geral do jornalismo investigativo para justificar qualquer divulgação de qualquer sigilo é uma generalização que não resiste ao exame ético.

Quando a categoria profissional fecha fileiras em torno de uma conduta que, avaliada objetivamente, seria reprovada pelos próprios padrões éticos do jornalismo, e o faz invocando a liberdade de imprensa como justificativa, o efeito é paradoxal. Ao usar a proteção institucional para blindar o indefensável, enfraquece-se a proteção institucional de tudo o que é defensável. A solidariedade corporativa acrítica, que recusa examinar se a conduta criticada atende ou não aos padrões que justificam a proteção, não serve à democracia nem ao próprio jornalismo.

Padrões éticos elevados não enfraquecem a imprensa; ao contrário, são sua principal linha de defesa. Um jornalismo rigoroso, transparente e comprometido com a verificação dos fatos é o instrumento mais eficaz para enfrentar fake news e preservar a confiança pública nas instituições informativas. Fortalecer esses padrões, portanto, não restringe a liberdade de imprensa. Garante as condições para que ela continue exercendo seu papel essencial nas democracias contemporâneas.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha// circecunha.df@dabr.com.br

Haveria sinais de um possível reset financeiro global? Parte 1

Ciclo histórico que sustentou a economia global nas últimas décadas parece dar sinais claros de esgotamento. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema financeiro internacional operou sob um arranjo relativamente estável, ancorado no protagonismo do dólar americano como principal moeda de reserva e na lógica de produção globalizada, onde cadeias produtivas foram distribuídas conforme custos e eficiência. Durante esse período, consolidou-se um modelo baseado em integração econômica, expansão do comércio internacional e fluxos de capital relativamente previsíveis. Arquitetura institucional desse sistema remonta aos acordos firmados em 1944 na Conferência de Bretton Woods. Naquele momento, buscava-se evitar repetição das turbulências financeiras que marcaram o período entre as duas guerras mundiais. Estrutura monetária resultante estabeleceu o dólar como eixo central da ordem financeira internacional. Mesmo após o fim do padrão ouro em 1971, quando o governo de Richard Nixon suspendeu a conversibilidade da moeda americana em ouro, a predominância do dólar permaneceu praticamente intacta.

Dados do Fundo Monetário Internacional indicam que cerca de 58% das reservas cambiais globais ainda estão denominadas em dólares, percentual inferior aos mais de 70% registrados no início dos anos 2000, mas ainda suficiente para manter a moeda americana como principal referência do sistema financeiro internacional. O economista Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, observa que moedas de reserva raramente desaparecem de forma abrupta, mas seu peso relativo tende a diminuir gradualmente quando novas potências econômicas passam a disputar espaço na economia mundial.

Durante décadas esse arranjo permitiu expansão sem precedentes do comércio global. Segundo o Banco Mundial, o volume do comércio internacional saltou de aproximadamente US\$ 62 bilhões, em 1950, para mais de US\$ 32 trilhões, em 2022. Globalização produtiva tornou-se elemento central desse processo. Empresas multinacionais fragmentaram cadeias de produção, transferindo etapas industriais para regiões com custos mais baixos, especialmente na Ásia.

Mesmo crises profundas não foram capazes de desmontar essa arquitetura. A crise financeira de 2008, desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário americano, chegou a ser interpretada por alguns analistas como possível ponto de ruptura do sistema financeiro global. O economista Ben Bernanke, então presidente do Federal Reserve, afirmou anos depois que aquele episódio representou “o momento mais perigoso para o sistema financeiro desde a Grande Depressão”.

Apesar da gravidade do episódio, a ordem financeira internacional permaneceu essencialmente intacta. Bancos centrais coordenaram políticas de estímulo monetário em escala sem precedentes. Trilhões de dólares foram injetados na economia global por meio de programas de compra de ativos e redução histórica das taxas de juros.

Agora, porém, sinais sugerem que algo mais estrutural pode estar em curso. Volatilidade crescente nos mercados financeiros, tensões geopolíticas, reorganização de cadeias produtivas e mudanças profundas na política monetária das principais economias apontam para um cenário de transição. Relatório recente do Banco de Compensações Internacionais afirma que a economia global começa a apresentar sinais de fragmentação geoeconômica capazes de alterar padrões de comércio e fluxos financeiros construídos ao longo de décadas.

Nos últimos anos, o mundo assistiu ao retorno de conflitos geopolíticos de grande escala. A guerra na Ucrânia recolocou a Europa no centro de disputas estratégicas envolvendo energia, território e influência militar. Tensões no Oriente Médio continuam afetando mercados energéticos globais.

Historiador econômico, Adam Tooze observa que energia, finanças e segurança nacional voltaram a se entrelaçar de forma intensa, fenômeno que lembra a geopolítica econômica das décadas de 1970 e 1980, período marcado por choques do petróleo e forte instabilidade monetária internacional.

Impacto dessas tensões torna-se particularmente visível no mercado de energia. O barril do petróleo Brent voltou a registrar episódios de forte volatilidade, aproximando-se ou ultrapassando a marca de US\$ 100 em momentos de maior instabilidade geopolítica. Elevação persistente dos preços energéticos tende a pressionar inflação global e reduzir capacidade de crescimento de diversas economias.

Ao mesmo tempo, indicadores de endividamento mundial atingiram níveis historicamente elevados. Dados do Institute of International Finance indicam que a dívida global ultrapassa atualmente US\$ 300 trilhões, valor equivalente a mais de 330% do Produto Interno Bruto mundial.

Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, alerta que níveis tão elevados de endividamento tornam economias mais vulneráveis a choques externos e crises financeiras prolongadas. Segundo ele, períodos históricos marcados por grandes ciclos de dívida frequentemente terminam com reestruturações financeiras profundas ou inflação persistente.

A frase que foi pronunciada:

Enfrente os desafios da sua época.

Gordon Brown

História de Brasília

Nós havíamos dito que o serviço de imprensa do Planalto não sabe nada a respeito do dr. João Goulart, porque todos os dias anunciava a vinda do presidente, e desmentia a notícia anterior. (Publicada em 16.05.1962)